

MOZA BANCO

RELATÓRIO DE DISCIPLINA

DEZEMBRO • 2014



NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco de Moçambique, através do Aviso n.º 3/GBM/2012, determinou a adopção do acordo de Basileia 2 com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2013 onde refere que o sector bancário deve adoptar técnicas progressivamente mais sofisticadas de avaliação de riscos, em especial nas vertentes de Risco de Crédito, dos Riscos de Mercado e do Risco Operacional. Este regime visa assegurar a convergência internacional de mensuração de capitais face ao risco inerente a actividade financeira e cujo objectivo consiste em:

- Fortalecer a estrutura de capital das instituições;
- Promover a estabilidade financeira;
- Favorecer a adopção das melhores práticas de gestão de riscos; e
- Estimular maior transparência e disciplina de mercado.

O presente Relatório foi preparado com o objectivo de dar resposta as exigências do Pilar III de Basileia 2, sendo a primeira vez que o Banco procede a sua elaboração e publicação, em conformidade com o estabelecido na regulamentação em vigor e em linha com as melhores práticas nacionais e internacionais.

O presente Relatório de Disciplina de Mercado, cumprindo o previsto no Aviso n.º 19/GBM/2013 do Banco de Moçambique, tem por objectivo complementar o Relatório e Contas de 2014, através da divulgação ao mercado de informação detalhada sobre a solvabilidade e liquidez do Moza Banco (formalmente designado por Moza Banco, S.A. e adiante simplesmente designado por "Banco" ou "Moza Banco"), da exposição aos diferentes riscos, bem como das principais políticas e práticas adotadas para assegurar a adequada e prudente gestão do risco.

A estrutura do Relatório visa cumprir com o definido pelo Aviso n.º 19/GBM/2013, bem como o indicado na Circular 02/SCO/2013, assegurando o correcto e exaustivo entendimento do perfil de risco e posição de solvabilidade e liquidez do Banco. Assim, os seus conteúdos além de terem subjacente a ótica prudencial foram construídos tendo em vista a disponibilização da informação relevante para o mercado, cumprindo o espírito e melhores práticas do Pilar III de Basileia 2.

Os valores monetários apresentados, exceto quando claramente explicito, encontram-se em milhares de Meticals e refletem as posições do Banco à data de 31 de Dezembro de 2014.

ALTERAÇÕES RELEVANTES

Com efeitos a partir do dia 20 de Abril de 2015 o Dr. César Augusto Martins Ferreira Gomes, foi nomeado Vogal do Conselho da Administração e Membro da Comissão Executiva do Moza Banco, na qualidade de Chief Financial Officer (CFO). Até à data da sua tomada de posse desempenhava o cargo de Director Coordenador das Direcções de Planeamento Contabilidade e Finanças e Direcção de Tesouraria e Mercados, tendo iniciado as suas funções no Banco em Outubro de 2011.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A presente declaração de responsabilidade emitida pelo Conselho de Administração do Moza Banco, incide sobre o Relatório de Disciplina de Mercado, com referência a Dezembro de 2014, no âmbito do cumprimento aos requisitos descritos no Aviso n.º 19/GBM/2013 do Banco de Moçambique.

No que respeita a informação apresentada no Relatório de Disciplina de Mercado 2014, o Conselho de Administração do Moza Banco:

- Certifica que foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna;
- Assegura a qualidade de toda a informação divulgada;
- Compromete-se a divulgar, tempestivamente, quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente aquele a que o presente relatório se refere.

Maputo, Julho de 2015

Conselho de Administração do Moza Banco, SA

ÂMBITO DE APLICAÇÃO

A informação presente neste relatório é referente ao Moza Banco, uma Sociedade Comercial de direito moçambicano, constituída a 16 de Junho de 2008 sob forma de Sociedade Anónima, com Sede na Rua dos Desportistas n.º 921, JAT V - 3, na Cidade de Maputo, matriculada na Conservatória do Registo de Entidades Legais de Maputo, sob número 100042584, com capital social integralmente realizado de MZN 1.880.000.000,00 (mil oitocentos e oitenta milhões de meticals), titular do NUI 400187398.

A Sociedade é detida, maioritariamente, pela empresa Moçambique Capitais, S.A. com 50,999% do capital, e pelo Novo Banco África, SGPS (Holding detida a 100% pelo Novo Banco, SA) com 49% bem como pelo Dr. Almeida Matos com 0,001%.

A Sociedade tem participações na Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO), uma Instituição detida maioritariamente pelo Banco de Moçambique e com participação dos Bancos Comerciais. Contudo, em termos prudenciais, não consolida a informação financeira referente a mesma, pelo que a informação aqui reportada é numa perspectiva individual.

O presente relatório de Disciplina de Mercado, encontrar-se-á a disposição do público para consulta no website do Banco (www.mozabanco.co.mz).

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA FUNÇÃO RISCO

INTRODUÇÃO

O controlo e a gestão eficiente dos riscos têm vindo a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento equilibrado e sustentado do Moza Banco. Para além de contribuírem para a otimização do binómio rentabilidade/risco das várias linhas de negócio, asseguram, também, a manutenção de um perfil de risco conservador ao nível da solvabilidade e da liquidez.

O Moza Banco tem por política e princípio uma gestão de risco rigorosa e dotada de todos os meios necessários para assegurar a viabilidade e sustentabilidade do modelo de negócio e da estratégia do Banco. Estando o Banco sujeito a diversos riscos relacionados com o desenvolvimento da sua atividade, que no seu todo formam o perfil de risco do Banco, a gestão é regida por princípios, procedimentos e metodologias de controlo e reporte ajustadas à dimensão e complexidade do Banco em cada momento.

A função de Gestão de Risco do Moza Banco visa, essencialmente, identificar, avaliar, mensurar, controlar, acompanhar e reportar todos os riscos materialmente relevantes a que a instituição se encontra sujeita, tanto interna como externamente, de modo a que os mesmos se mantenham em níveis adequados e, dessa forma, não afetem negativamente a situação patrimonial do Banco.

Identificação
Identificação de riscos existentes ou potenciais, tanto de iniciativas de negócio já existentes como de novas iniciativas.

Mensuração
Medir os riscos para determinar o seu impacto nos resultados ou no capital. Assegurar medição tempestiva e exata de riscos.



Controlo
Definir limites de exposição ao risco, através de políticas, normas, e procedimentos.

Acompanhamento
Sistema de Informação de Gestão (SIG), eficaz para acompanhar os níveis de risco e facilitar a revisão tempestiva das posições de risco.

PERFIL DE RISCO DO BANCO

O Perfil de Risco do Banco tem subjacentes os seguintes riscos, considerados materialmente relevantes, cuja gestão dos mesmos é essencial para o desenvolvimento, rentabilidade e sustentabilidade do negócio, assegurando a conformidade com os requisitos e definições legais, designadamente uma correta determinação de fundos próprios e gestão de liquidez adequados às exposições aos diversos riscos decorrentes da atividade financeira:



Risco	Descrição e materialidade	Risco	Descrição e materialidade
Risco Operacional	Por Risco Operacional, entende-se o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos, ou de acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. No risco operacional também se incluem os riscos de sistemas de informação e de Compliance. Dada a transversalidade e importância do risco operacional para o bom desempenho da actividade, considera-se o risco operacional como materialmente relevante.	Risco de Taxa de Câmbio	O Risco de Taxa de câmbio consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio, provocados por alterações no preço de instrumentos que correspondam a posições abertas no preço de mercados dos instrumentos da carteira de negociação
Risco de Crédito	O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de uma Instituição Financeira incorrer em perdas resultantes do incumprimento das obrigações contratuais das suas contrapartes, nas respetivas operações de crédito. Paralelamente, em caso de falência das Contrapartes, foi considerado que as posições em risco detidas pelo Moza Banco noutras Instituições de Crédito não são materialmente relevantes, pelo que não se considera o risco de contraparte como materialmente relevante.	Risco de Liquidez	O Risco de Liquidez, traduz-se na perda potencial decorrente de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou da venda de activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado) para suprir necessidades de fundos, decorrentes das obrigações a que o Banco se encontra sujeito. A gestão de Liquidez é uma condição necessária ao funcionamento do Banco, por isso, deve considerar-se este risco como materialmente relevante.
Risco de Taxa de Juro	O Risco de Taxa de Juro pode ser entendido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nas condições financeiras devido a movimentos adversos nas taxas de juro. Eventuais movimentos adversos das taxas de juro poderão condicionar negativamente os resultados ou capital, pelo que considera-se o risco de taxa de juro como materialmente relevante.	Risco de Taxa de Juro	O Risco de Concentração pode ser definido como a existência de fatores de risco comuns ou correlacionados entre diferentes contrapartes, de tal modo que a deterioração daqueles fatores implica um efeito adverso simultâneo na qualidade de crédito de cada uma daquelas contrapartes.

Risco	Descrição e materialidade
Risco de Estratégia	O Risco de Estratégia é a probabilidade de ocorrência de impactos financeiros decorrentes de decisões estratégicas inadequadas, da deficiente implementação das decisões e da incapacidade de resposta a alterações do meio envolvente, bem como a alterações no ambiente de negócios do Banco. Dada a importância e transversalidade deste risco para o bom desempenho da atividade e uma vez que resulta de outros riscos considerados como materialmente relevantes, deve considerar-se este risco como materialmente relevante.
Risco Reputacional	Pode ser definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente duma percepção negativa da imagem pública da Instituição, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas financeiros, colaboradores, investidores, órgãos de imprensa ou pela opinião pública em geral. Dada a importância e implicações do Risco Reputacional, relacionadas com a própria operação da atividade, que em caso de impactos negativos, pressupõe a recuperação de imagem, de clientes e de receita do Banco, este risco deve ser considerado materialmente relevante.

O Banco tem vindo e continua a refinar a sua metodologia de gestão de risco, nomeadamente através da definição e documentação do seu perfil de risco. Os riscos considerados como materialmente relevantes em cada momento são alvo de políticas, princípios e metodologias de gestão, devendo ser incluídos nomeadamente nos mecanismos de Stress Testing e Internal Capital Adequacy Assessment Process (ICAAP) constantes do Pilar II de Basileia 2.

O Banco, no âmbito da sua metodologia de perfil de risco, institui procedimentos de reavaliação periódica dos riscos materialmente relevantes, define o apetite ao risco do Banco, indicadores quantitativos e qualitativos para medição da tolerância a cada um dos riscos, bem como limites e rácios a aplicar a nível operacional para monitorizar e controlar o risco a que o Banco se expõe.

RESPONSABILIDADES PELA GESTÃO DO RISCO

É responsabilidade do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, enquanto Órgãos decisores do Banco, partilharem o mesmo nível de compreensão da dimensão e materialidade dos riscos da actividade e definir o grau de tolerância ao risco a que o Moza Banco está exposto, bem como conceber políticas e procedimentos de gestão de risco ajustados aos riscos que emergem da actividade desenvolvida.

O controlo e a gestão dos riscos materialmente relevantes a que o Banco está exposto são assegurados por Conselho de Administração (CA), Comité de Auditoria, Comité de Risco, Comissão Executiva (CE), Comité PMO, Conselho de Crédito, Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), e pelas Direcções de Risco, Tesouraria e Mercados (DTM), Auditoria Interna e Gabinete de Compliance (GC) em conjunto com os Órgão Colegiais do Banco.

O Comité de Auditoria constitui o Órgão de Supervisão interno do Banco, sendo que o Conselho de Crédito e o Comité de Gestão de Activos e Passivos são os Órgãos de Gestão do risco.



O Moza Banco tem vindo a desenvolver automatismos e uma estrutura de gestão e acompanhamento dos diferentes riscos, procurando dotar, gradualmente e a medida das disponibilidades internas e de mercado, as estruturas orgânicas de meios técnicos e humanos que se revelam ajustados aos riscos a que a actividade do Banco se encontra exposta.

Para a gestão integrada de capital e dos riscos apontam-se como principais intervenientes e respectivas responsabilidades os seguintes:

Conselho de Administração: É um órgão de Administração que actua em representação dos accionistas da sociedade. Assegura o acompanhamento e cumprimento dos objectivos pré definidos e optimização binómio risco/retorno através de um conjunto de ferramentas e acções:

- Definição e revisão da Missão, Visão e Valores
- Definição e alinhamento dos Objectivos Estratégicos com a envolvente contextual
- Aprovação e acompanhamento do plano estratégico
- Reuniões de Conselho de Administração
- Informação de Gestão
- Participação do Comité de Risco e de Auditoria

Comissão Executiva: É um órgão colegial com poder decisório, que actua em representação do Conselho de Administração, ao qual cabe apreciar e deliberar sobre todos os assuntos relevantes à gestão do Banco. Cabe a comissão executiva avaliar e recomendar sobre os níveis de risco assumidos pelo Banco através das seguintes ferramentas:

- Relatório de Controlo Interno
- Definição e revisão do perfil de risco
- Decisão sobre os níveis de tolerância e métricas de risco para as várias categorias de risco
- Reuniões de conselho de crédito
- Acompanhamento da exposição ao risco e a concentração da carteira de crédito
- Acompanhamento do crédito vencido
- Avaliação mensal das imparidades e provisões constituídas
- Informação de Gestão

Comité de Auditoria: O Comité de Auditoria tem como participantes regulares, o Director Financeiro, o Director da Auditoria Interna, o Director do Compliance e o Director do Risco, porém, poderá convidar membros da Comissão Executiva ou quaisquer outros trabalhadores do Banco a participar das reuniões, sempre que necessário.

Tendo em consideração que a Gestão do Banco é responsabilidade primária da Comissão Executiva, o Comité, no desempenho das suas funções, tem como responsabilidades:

- Em relação ao Risco:
 - Rever e aprovar qualquer emenda às políticas de Risco
 - Certificar-se se as funções de Risco estão de acordo com toda a legislação aplicável
 - Certificar-se se os padrões do Banco, estão estabelecidos de conformidade com as leis, regulamentos e requisitos de supervisão relevantes e se esses padrões são efectivamente comunicados de cordo com as normas e padrões estabelecidos pelo sector financeiro
 - Considerar o plano de cobertura interno da Direcção de Risco e assegurar que o mesmo esteja de acordo com as normas e os padrões do Banco e os do sector financeiro
 - Certificar-se se a Direcção de Risco reporta atempadamente qualquer não conformidade com as leis, regulamentos ou requisitos de supervisão.
- Opinar sobre as Demonstrações Financeiras do Banco
- Emitir parecer relativamente ao sistema de Controlo Interno
- Avaliar o desempenho da Auditoria Interna e externa, dirimir desacordos entre a Comissão Executiva e a Auditoria Interna.
- Opinar sobre as Políticas e desempenho das funções de Compliance
- Avaliar as políticas de “Fraudes e Investigação” a luz Lei e regulamentação vigente sobre a matéria.
- Coordenar a nomeação e avaliar o trabalho desenvolvido pelos auditores externos.
- Assegurar que as actividades do Comité obedecem aos requisitos da Lei das Instituições Financeiras, seus regulamentos e qualquer outra legislação aplicável, incluindo os requisitos da autoridade de supervisão.
- Considerar e avaliar quaisquer assuntos importantes que possam ser referidos ao comité pelo Conselho de Administração.

Comité de Risco: O Comité de Risco é responsável por monitorizar a evolução do perfil integrado de risco do Banco e por analisar e propor políticas, metodologias e procedimentos de avaliação, gestão e controlo de todos os tipos de risco a que o Banco se encontra exposto. Este Comité analisa igualmente a evolução da rentabilidade ajustada ao risco dos principais segmentos/clientes.

Faz o acompanhamento da evolução do risco por produto e segmento bem como o acompanhamento de projectos especiais na área de Risco (Ex: BASEL II). O Comité reúne-se bimestralmente e sempre que seja convocado pelo CEO. É da responsabilidade da Direcção de Risco e é composto pelos seguintes elementos: Comissão Executiva, Responsáveis da Direcção de Crédito, Direcção de Risco, Gabinete de Recuperação de Crédito, Direcção Corporate e Institucionais, Direcção Retalho, Direcção Private Banking, Direcção de Planeamento, Contabilidade e Finanças, Direcção de Operações, Direcção Jurídica, Secretariado Geral da Sociedade.

Comité PMO: O Comité PMO é responsável pelo acompanhamento da execução do Plano Estratégico, análise e debate de questões críticas associadas e propostas de decisões no âmbito da execução do plano. Reúne-se com uma periodicidade mensal, cujo responsável é o gabinete de Mudança e é composto pelos seguintes elementos: Comissão Executiva, Responsável do Gabinete Mudança, Directores Coordenadores, Directores de Gabinete. Compete a esta área assegurar a monitorização do risco estratégico, com vista a precaver a possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital.

Conselho de Crédito: O Conselho de Crédito (CC) é constituído por nomeadamente: (i) Administradores Executivos designados pela Comissão Executiva; (ii) Directores Coordenadores Corporate e Institucionais, Retalho, Private Banking; (iii) Direcção de Crédito. O Conselho de Crédito reúne-se formalmente uma vez por semana e é presidido pelo Presidente da Comissão Executiva ou pelo Administrador Executivo que este designar. Este conselho delibera sobre as propostas de crédito de valores elevados fazendo uma análise aprofundada de custo/benefício visando mitigar o risco de crédito.

Conselho de Direcção: Este comité tem como principal função avaliar o desempenho das actividades do Banco, garantir o nível de cumprimento dos objectivos traçados e definir estratégias para o cumprimento dos objectivos optimizando a relação risco retorno com que a instituição se confronta.

O Conselho de Direcção propõe medidas de mitigação dos principais riscos de que os processos mais críticos do Banco podem enfermar. Reúne-se com periodicidade mensal e sempre que seja convocado pela Comissão Executiva. É composto pelos Directores Coordenadores, Directores Coordenadores Adjuntos, Directores de Gabinete, Subdirectores e Secretariado Geral da Sociedade que assume o papel de responsável.

Comité de Gestão de Activos e Passivos: O Comité de Gestão de Activos e Passivos é da responsabilidade da Direcção de Mercados e Tesouraria. Reúne-se mensalmente e sempre que seja convocado pela CE, é constituído pelos membros da Comissão Executiva, pelos responsáveis da Direcção de Mercados e Tesouraria, Direcção de Risco, Direcção de Planeamento, Direcção de Contabilidade e Finanças e o Secretariado Geral da Sociedade. Este comité tem como principal função apoiar a Comissão Executiva no estabelecimento e execução de uma política financeira que garanta a gestão integrada dos activos e passivos, através da criação e implementação de normas, procedimentos e políticas para a mitigação dos riscos de mercado, liquidez, de taxa de juro e cambial.

Efectua ainda o acompanhamento da gestão do balanço, da evolução da margem all-in por produto e segmento bem como a definição de directrizes para políticas de pricing para os diferentes produtos/segmentos.

Direcção de Risco: Compete a esta área assegurar uma gestão de qualidade da carteira do crédito do Banco, através de melhores práticas de gestão e análise do risco implícito nas operações de crédito, bem como assegurar a gestão eficiente do capital da Instituição no que se refere a exposição aos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Direcção de Tesouraria e Mercados: No âmbito de gestão de risco, compete-lhe conceber, desenvolver e acompanhar a gestão financeira do Banco, a gestão de liquidez, a actuação nos mercados financeiros, a gestão do risco de mercado e liquidez, sendo os mesmos também acompanhados pela Direcção de Risco, que opera como uma segunda linha de controlo dos limites prudenciais e regulamentares estabelecidos.

Direcção de Auditoria Interna e Inspecção: No âmbito da gestão de risco, compete à Direcção de Auditoria e Inspecção o apoio ao Conselho de Administração e Comissão Executiva do Banco na verificação do cumprimento das políticas e procedimentos, com vista a avaliar a eficácia e eficiência dos controlos que mitigam os riscos associados aos processos e transacções inerentes à actividade do Banco, isto é, presta assessoria à Administração do Banco quanto ao desempenho das atribuições definidas para cada Unidade Orgânica, mediante as directrizes, políticas e objectivos previamente determinados.

Gabinete de Compliance: No âmbito de gestão de risco, compete ao gabinete de Compliance - Área de Controlo Interno a avaliação e da adequação dos sistemas de Controlo Interno, a formulação de recomendações de melhorias para os diversos processos e elaboração do Relatório de Controlo Interno.

POLÍTICAS E PRINCÍPIOS DE GESTÃO DE RISCO

Além da correcta aferição da materialidade dos riscos, da gestão pró-activa e efectiva do seu perfil de risco e da definição de um modelo de governação e gestão abrangente e adequado à complexidade e dimensão da atividade do Banco, importa ainda destacar alguns dos principais instrumentos de gestão utilizados pelo Banco para dar corpo às políticas e princípios de gestão de risco:

Risco	Instrumentos de gestão (não exaustivo)	Risco	Instrumentos de gestão (não exaustivo)
Risco Operacional	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Continuidade de Negócio e de Disaster Recovery Documentação de processos, riscos e controlos Sistema de controlo interno definido de acordo com o previsto no Aviso n.º 11/GBM/99 e as melhores práticas internacionais (COSO, COBIT) 	Risco de Taxa de Juro	<ul style="list-style-type: none"> Apuramento dos gaps de repricing do Balanço do Banco Simulação da sensibilidade do Balanço e Resultados a variações das taxas de juro Aplicação de metodologias de transfer pricing para gestão das várias unidades de negócio Análise de spreads e taxas de mercado e da carteira
Risco de Crédito	<ul style="list-style-type: none"> Metodologia de avaliação e decisão das operações de crédito Metodologia de apuramento das perdas por imparidade Apuramento dos requisitos de fundos próprios e dos grandes riscos Mecanismos de acompanhamento e recuperação de crédito 	Risco de Taxa de Câmbio	<ul style="list-style-type: none"> Apuramento regular da posição cambial do Banco Acompanhamento das taxas de câmbio Apuramento dos requisitos de fundos próprios

Risco	Instrumentos de gestão (não exaustivo)	Risco	Instrumentos de gestão (não exaustivo)
Risco Liquidez	<ul style="list-style-type: none"> Apuramento regular da posição de liquidez do Banco Análise de gaps de liquidez e de tesouraria Análise de prazos residuais de activos e passivos 	Risco de Estratégia	<ul style="list-style-type: none"> Plano estratégico de desenvolvimento Plano e orçamento anual do Banco Aferição regular das condições de mercado
Risco de Concentração de Crédito	<ul style="list-style-type: none"> Identificação e gestão dos principais riscos e das partes relacionadas Apuramento e reporte dos grandes riscos Cálculo dos indicadores de concentração individual e sectorial 	Risco Reputacional	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento das notícias emanadas sobre o Banco Gestão das reclamações recebidas Atividade de publicidade e marketing institucional Práticas de responsabilidade social e ambiental

O Banco dotou-se, e continua a dotar-se, dos instrumentos apropriados para assegurar a identificação, avaliação, controlo e acompanhamento de todos os riscos relevantes. De frisar ainda que o Banco tem um curso um programa plurianual de trabalho tendo em vista a capacitação da Função Risco e o fortalecimento da cultura de gestão de risco.

ESTRUTURA DE CAPITAL

Na sequência da publicação do Aviso n.º 3/GBM/2012, de 13 de Dezembro, que institui a transição para novos requisitos de capitais no âmbito do segundo acordo de Convergência Internacional de mensuração de Capital e Padrões de Capitais (Basileia 2), impôs-se a necessidade de adequação das Normas Prudenciais.

Com referência a 31 de Dezembro de 2014, os Fundos Próprios do Moza Banco, SA foram apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente, o disposto no Aviso n.º 14/GBM/2013. Os Fundos Próprios Totais resultam da soma dos Fundos Próprios de Base (Tier 1) e dos Fundos Próprios Complementares (Tier 2), e da subtração da componente deduções.

Os Fundos Próprios de Base (Tier 1) são compostos pelo capital realizado na sua maioria e os Fundos Próprios Complementares (Tier 2) são compostos por empréstimos subordinados, resultantes da emissão de obrigações por parte do Moza Banco, SA.

A política seguida pelo Moza Banco, em termos de solvabilidade, prevê a retenção de capital suficiente para manter o rácio de solvabilidade acima dos 8%, exigidos pelo Banco de Moçambique. O Moza Banco procedeu em 2014 a um aumento de capital social no valor global de MZN 630 milhões, tendo em vista fortalecer o seu balanço, manter elevados níveis de solvabilidade e fazer face ao plano de expansão de Unidades de Negócios definido no seu Plano Estratégico. Com esta operação, o rácio de solvabilidade, no final de 2014, era de 10,46%. Apresenta-se, de seguida, os valores referentes aos Fundos Próprios para 2014 e 2013.

Fundo Próprios de Base	2014	2013
Capital social	1.880.000	1.250.000
Reservas legais e resultados não distribuídos	26.346	43.171
Resultados positivos transitados de exercícios anteriores	54.846	35.932
Total dos Fundos Próprios de Base Positivos	1.961.192	1.329.103
Activos intangíveis	(435.268)	(246.146)
Imparidade do crédito de acordo com o aviso do BdM	(294.388)	(179.324)
Total dos Fundos Próprios de Base Negativos	(729.656)	(425.470)
Fundos Próprios de Base (Tier 1)	1.231.536	903.633
Fundo Próprios Complementares (Tier II)	2014	2013
Empréstimos obrigacionistas subordinados	615.768	451.817
Outros	1.868	-
Total dos Fundos Próprios Complementares Positivos	617.636	451.817
Total dos Fundos Próprios Complementares Negativos	-	-
Fundo Próprios Complementares (Tier II)	617.636	451.817
Fundos Próprios de Base e Complementares (Tier I e Tier II)	1.849.172	1.355.450

A estratégia de gestão do capital do Moza Banco passa por dotar o Banco de ferramentas que visam uma melhor gestão de risco, um melhor planeamento e gestão da base de capital bem como uma melhor avaliação do impacto de efeitos potenciais que possam resultar da ocorrência de fatores de risco excecionais mas com impactos relevantes para o Banco. Neste sentido, e face às exigências regulamentares do Pilar II de Basileia 2 e para dar resposta a regulamentação em vigor (Aviso n.º 20/BGM/2013 e Circular no. 2/SCO/2013), o Banco está no processo de implementação das iniciativas Autoavaliação da Adequação do Capital Interno (Internal Capital Adequacy Assessment Process - ICAAP) e Stress Testing.

A framework de ICAAP que o Banco está neste momento a implementar, visa assegurar que o nível de fundos próprios e a liquidez que o Banco dispõe são adequados e que o capital detido pelo Banco é suficiente para fazer face a potenciais acontecimentos adversos inesperados (riscos específicos assumidos).

A implementação do Stress Testing, que compõe os diferentes testes de sensibilidade e de cenários a executar por parte do Banco, irá permitir a avaliação da exposição do Banco a cenários adversos que se considerem chave para o negócio do Banco e que possam impedir que o Banco alcance os resultados esperados. Para além disso, o Stress Testing irá suportar o estabelecimento do perfil de risco do banco e o processo de planeamento de capital e liquidez.

ADEQUAÇÃO DE CAPITAL

Exigência de Capital para Risco de Crédito por Classes de Risco

Classes de Risco	2014	2013
	Activos Ponderados	
Classe 1 - Administrações centrais	50,942	427
Classe 2 - Organizações Internacionais	-	-
Classe 3 - Bancos Multilaterais de Desenvolvimento	-	-
Classe 4 - Autoridades Municipais	-	459
Classe 5 - Empresas Públicas	718,028	30,979
Classe 6 - Instituições de Crédito	1,019,330	1,835,700
Classe 7 - Empresas	9,449,790	5,794,439
Classe 8 - Carteira de Retalho Regulamentar	1,048,266	737,256
Classe 9 - Entidades do Sector Público	5,042	-
Classe 10 - Exposições Garantidas por Bens Imóveis	165,229	149,914
Classe 11 - Créditos Vencidos	315,147	419,352
Classe 12 - Risco Elevado	-	-
Classe 13 - Outros Activos	2,174,490	1,091,475
Total	14,946,263	10,060,000

Os activos ponderados pelo risco para cobertura de risco de crédito, em 2014 situaram-se nos MZN 14.946.262.971 o que representa um crescimento de 48,6% face a 2013 (MZN 10.060.000.000). A desagregação por classes de risco passou a ser exigível em 2014 com a introdução do Aviso 11/GBM/2013, de 31 de Dezembro.

Exigência de Capital para Risco de Mercado

Classes de Risco		Longas		Curtas	
		2014	2013	2014	2013
Posição Total em Divisas		2,497,439	1,332,521	2,633,264	1,352,704
Exigência de Capital		2,497,439	1,332,521	2,633,264	1,352,704

Os activos ponderados pelo risco para cobertura de mercado, situaram-se em 2014 nos MZN 2.633.264.030 (contra MZN 1.352.704.470 do ano anterior), tendo em consideração a interpretação vigente à data de uma não compensação entre posições agregadas longas e posições agregadas curtas, para a determinação dos activos ponderados pelo risco para cobertura de risco de mercado líquidos. A ser adoptada esta interpretação, os activos líquidos ascenderiam à data de reporte ao valor de MZN 135.825.030 (MZN 20.183.525 em 2013). A apresentação desta informação passou a ser uma exigência a partir do dia 1 de Janeiro de 2014 (através do Aviso n.º 13/GBM/2013, de 31 de Dezembro).

Exigência de Capital para Risco Operacional (utilizando o método de indicador básico, simplificado)

Indicador Relevante	Exigência de Capital em 2013				Exigências de Capital em 2014			
	2010	2011	2012	2014	2010	2011	2012	2014
Valor do Indicador Básico	294,509	315,211	615,883	1,133,314	61,280	103,220	-	-

Os activos ponderados pelo risco para cobertura de risco operacional, em 2014 situaram-se nos MZN 103.220.355 (contra os MZN 61.280.138 do ano anterior). A apresentação desta informação também passou a ser uma exigência a partir do dia 1 de Janeiro de 2014 (através do Aviso n.º 12/GBM/2013, de 31 de Dezembro).

RÁCIO DE SOLVABILIDADE TOTAL

Rádios Prudenciais	2014	2013
Fundos Próprios	1,849,172	1,355,450
Total dos Riscos	17,682,748	10,060,000
Risco de Crédito	14,946,263	10,060,000
Risco Operacional	103,220	-
Risco de Mercado	2,633,264	-
Rácio de Solvabilidade		
Tier 1	6.96%	8.98%
Tier 2	3.49%	4.49%
Rácio solvabilidade Total	10.46%	13.47%
Rácio solvabilidade Exigido	8.00%	8.00%

Com vista a dar resposta as alterações regulamentares do Banco de Moçambique, o Moza Banco iniciou o reporte dos rácios de solvência de acordo com Basileia 2, a partir de 1 de Janeiro de 2014, o que implicou necessidades adicionais de capital para cumprir com o risco de mercado e risco operacional, além da exposição ao risco de crédito já abrangido pelos requisitos de Basileia 1.

Contudo, a implementação de Basileia 2 não afetou significativamente os níveis de adequação já reportados anteriormente, o que significa que as exigências acrescidas desde essa data em diante estão devidamente asseguradas pelo Banco considerando a sua atual base de capital.

RISCO DE CRÉDITO

De acordo com as disposições regulamentares (Aviso n.º 11/GBM/2013), as Instituições de Crédito devem determinar requisitos de fundos próprios para risco de crédito. Assim sendo, para efeitos de cálculo de requisitos de fundos próprios para a cobertura do risco de crédito a 31 de Dezembro de 2014, o Moza Banco adotou o Método Padrão Simplificado.

Definições relevantes para Efeitos Contabilísticos

Risco de crédito é o risco que o Banco pode vir a incorrer devido a perdas financeiras, se os clientes do Banco ou contrapartes de mercado não honrarem os seus compromissos com o Banco.

Crédito Vencido traduz o incumprimento do plano de reembolso estabelecido entre o Banco e uma contraparte, independentemente das razões que motivaram tal incumprimento. O crédito vencido é reconhecido logo no primeiro dia de incumprimento, enquanto que o "crédito com incumprimento" representa o crédito

vencido há mais de 90 dias de acordo com o estabelecido no Aviso 16/GBM/2013, de 31 de Dezembro.

Por outro lado, o **Crédito Objeto de Imparidade** é todo aquele que, em função da análise efetuada (individual ou coletiva), apresente sinais objectivos de expectativas de perdas, conforme definido no modelo interno de imparidade (os sinais em referência são o crédito vencido no Moza Banco, crédito vencido no Sistema Bancário, crédito reestruturado, etc.).

Método Usado para a Determinação de Imparidade (Correções de Valor da Carteira de Crédito)

Segundo as Normas Internacionais de Contabilidade, International Accounting Standards 39 (IAS 39), um activo ou (grupo de activos) encontra-se em situação de imparidade quando existe evidência objetiva da ocorrência de perdas, após o reconhecimento inicial do activo, que possam impactar os fluxos de caixa futuros estimados. Assim sendo, para os activos com evidência objetiva de imparidade, o valor de imparidade corresponde a diferença entre o valor de balanço e o valor atualizado dos fluxos de caixa futuros estimados.

O atual modelo de imparidade usado pelo Moza Banco efetua os cálculos de imparidade de duas formas distintas:

Análise coletiva - onde os contratos sem sinais de imparidade são agrupados em Grupos Homogêneos (crédito ao consumo, crédito habitação, cartões de crédito, crédito por assinatura e crédito a empresas). Para estes contratos, as imparidades são calculadas de forma coletiva sendo aplicada a PD (Probabilidade de Default) para os créditos com risco baixo (menor exposição).

Análise Individual - onde são agrupados todos os contratos que apresentem sinais de imparidade referidos. Para esta carteira de crédito as PDs variam até aos 100%, em função da maturidade do crédito bem como da qualidade de crédito da contraparte.

Método Usado para a Determinação de Provisões Regulamentares

As provisões regulamentares mínimas da carteira de crédito são calculadas em função das diretrizes emanadas no Aviso n.º 16/GBM/2013, de 31 de Dezembro, do Banco de Moçambique.

As provisões calculadas são as seguintes:

Provisões para Riscos Gerais de Crédito - que incidem sobre o valor total do crédito, incluindo o representado por aceites, garantias e avales prestados, mas excluindo o crédito vencido;
Provisões para Crédito Vencido - que incidem sobre o valor total dos créditos que estejam enquadrados nas classes de risco abaixo indicadas:

Classe 1 - até 30 dias;
Classe 2 - de 31 a 90 dias;
Classe 3 - de 91 a 180 dias;
Classe 4 - de 181 a 360 dias; e
Classe 5 - acima de 360 dias.

Movimento das Perdas por Imparidade

O movimento das perdas de imparidade durante o exercício de 2014 apresenta-se como se segue:

	2014		
	Individual	Colectiva	Total
Saldo de abertura	136,852	92,929	229,781
Imparidade do exercício	230,132	84,562	314,694
Reversões do exercício	(102,932)	(66,271)	(169,203)
Utilização/Regularização	(13,190)	6,750	(6,440)
Saldo Final	250,863	117,970	368,832
	2013		
	Individual	Colectiva	Total
Saldo de abertura	50,850	71,589	122,438
Imparidade do exercício	106,978	138,959	245,937
Reversões do exercício	(20,975)	(116,087)	(137,062)
Utilização/Regularização	-	(1,533)	(1,533)
Saldo Final	136,852	92,929	229,781

As variações verificadas entre os dois exercícios decorrem do crescimento verificado ao nível da carteira de crédito, com um acrescido esforço de imparidades do exercício a ser acompanhado por um também muito maior movimento de reversão de imparidades anteriormente constituídas. De realçar que o crescimento do peso relativo da imparidade individual no total das imparidades prende-se com um maior índice de concentração em operações cuja exposição agregada ultrapassa o trigger definido internamente que obriga a uma análise individual para efeitos de determinação das imparidades do crédito. O Moza Banco efectua o abate dos créditos ao activo quando considera que determinado crédito é incobrável, após terem sido efetuados todos os esforços de recuperação (extrajudicial e judicial), sendo que nesse altura reflecte este movimento como utilizações de imparidade para o abate do crédito (*write-offs*).

Descrição Geral da Política de Gestão de Risco de Concentração

De acordo com a regulamentação em vigor, Circular 03/SCO/2013 do Banco de Moçambique referente a 31 de Dezembro de 2013, "entende-se por risco de concentração de crédito uma exposição ou grupo de exposições em risco com potencial para produzir perdas de tal modo elevadas que coloquem em causa a solvabilidade do Banco ou a capacidade para manter as suas principais operações. Em particular, o risco de concentração de crédito decorre da existência de fatores de risco comuns ou correlacionados entre diferentes contrapartes, de tal modo que a deterioração daqueles fatores implica um efeito adverso simultâneo na qualidade de crédito de cada uma daquelas contrapartes".

Para garantir uma gestão eficaz do risco de concentração, o Banco tem em conta as seguintes etapas:

- Identificação** - identificação de riscos de concentração (exposição relevante);
- Avaliação** - avaliação da magnitude dos riscos identificados e o seu impacto com vista a que os mesmos sejam mitigados e reportados;
- Acompanhamento** - acompanhamento da evolução e o estado dos riscos avaliados, estabelecendo reportes internos e externos;
- Controlo** - O controlo dos riscos identificados, através de procedimentos de mitigação.

A gestão de risco de concentração tem por base a definição de limites internos à exposição para com determinados tipos de contraparte e/ou tipo de crédito.

Periodicamente faz-se uma monitorização e atualização destes limites em função da evolução das exposições e das condições do mercado.

Para além dos limites internamente definidos, o Banco controla ainda o seu risco de concentração através da observação dos limites a exposições significativas a uma contraparte individual ou a um grupo de contrapartes Relacionadas.

Fatores de Risco Considerados para a Análise de Correlações entre as Contrapartes Relativamente aos fatores de risco subjacentes ao incumprimento de conjuntos de contrapartes, são particularmente relevantes:

- Região geográfica
- Família de produto
- Tipo de taxa de juro utilizada
- Garantia associada
- Cliente
- Sector de actividade económica
- Prazo Total
- Prazo residual
- Família de produto por região
- Sector de actividade por região.
- ECA e ECAI usadas

Para o exercício financeiro de 2014, o Banco utilizou as avaliações de qualidade de crédito atribuídas pelas agências de crédito de exportação (ECA) definidas no website (www.oecd.org) da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). As posições em risco de Países e Instituições sem classificação pela ECA foram ponderadas de acordo com as classificações da agência de notação externa de crédito (ECAI) Standard & Poor.

Total Exposição Bruta ao Risco de Crédito por Tipo de Exposição

Exposição Bruta ao Risco de Crédito Relativa a Elementos do Balanço	2014	2013	Média
Caixa e Disponibilidades em Banco Central	1,706,271	1,077,935	1,518,690
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito	961,467	367,176	509,653
Aplicações em Instituições de Crédito	2,649,495	2,293,122	1,953,118
Activos Financeiros Detidos para Negociação	775,868	280,492	647,670
Activos Financeiros Detidos para Venda	1,413,516	1,417,397	1,594,685
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	13,649,852	8,248,969	10,508,816
Total Exposição	21,157,469	13,684,991	16,722,631

Exposição Bruta ao Risco de Crédito Relativa a Elementos Extrapatrimoniais	2014	2013	Média
Garantias	2,793,474	1,754,934	1,866,111
Cartas de Crédito	1,606,171	649,558	995,081
Total Exposição	4,399,645	2,604,491	2,861,192
Total (Balanço e Extrapatrimonial)	25,557,115	16,289,483	19,583,823

As tabelas acima refletem as exposições máximas à data de 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, relativamente ao risco de crédito na posição financeira e nos instrumentos extrapatrimoniais, sem considerar o valor das garantias detidas.

Distribuição Geográfica das Exposições (2014)

Distribuição Geográfica das Posições em Risco em 2014	Moçambique				Estrangeiro				Grande Total
	Sul	Centro	Norte	Total	Alemanha	Portugal	Suíça	Outros	
Caixa e disponibilidade em Banco Central	1,706,271	-	-	1,706,271	-	-	-	-	1,706,271
Disponibilidade sobre instituições de crédito	276,831	-	-	276,831	552,355	96,369	-	35,912	684,639
Aplicações em instituições de crédito	1,816,896	-	-	1,816,896	-	654,704	-	177,895	2,649,495
Activos financeiros detidos para negociação	775,868	-	-	775,868	-	-	-	-	775,868
Activos financeiros disponíveis para venda	440,044	-	-	440,044	-	-	-	524,908	440,044
Empréstimos e adiantamentos a clientes	11,360,277	1,111,330	1,547,077	14,018,685	552,355	751,073	524,908	662,371	14,018,685
Total Balanço	16,377,187	1,111,330	1,547,077	19,035,595	552,355	751,073	524,908	662,371	2,490,707
Garantias	2,600,907	74,713	117,854	150,678	-	-	-	-	2,793,474
Cartas de Crédito	1,554,530	1,881	32,823	1,697,755	-	-	-	-	1,606,171
Total Fora do Balanço	4,155,437	93,591	150,678	4,399,645	-	-	-	-	4,399,645
Grande Total	20,532,624	1,204,968	1,697,755	23,435,240	552,355	751,073	524,908	662,371	2,490,707

Distribuição Geográfica das Exposições (2013)

Distribuição Geográfica das Posições em Risco em 2014	Moçambique				Estrangeiro				Grande Total
	Sul	Centro	Norte	Total	Alemanha	Portugal	Suíça	Outros	
Caixa e disponibilidade em Banco Central	1,077,935	-	-	1,077,935	-	-	-	-	1,077,935
Disponibilidade sobre instituições de crédito	246,860	-	-	246,860	-	-	1,203,16	-	1,203,16
Aplicações em instituições de crédito	746,837	-	-	746,837	-	1,109,079	-	437,196	1,546,275
Activos financeiros detidos para negociação	280,492	-	-	280,492	-	-	-	-	280,492
Activos financeiros disponíveis para venda	206,266	-	-	206,266	-	-	-	1,211,132	1,211,132
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6,191,983	895,487	1,431,180	8,478,650	-	-	-	-	8,478,650
Total Balanço	6,750,372	895,487	1,431,180	11,037,039	-	1,109,079	1,331,448	437,196	2,877,223
Garantias	1,652,899	73,768	28,327	1,754,934	-	-	-	-	1,754,934
Cartas de Crédito	816,454	5,473	27,631	849,558	-	-	-	-	849,558
Total Fora do Balanço	2,469,353	79,241	55,958	2,604,551	-	-	-	-	2,604,551
Grande Total	11,219,724	934,728	1,487,138	13,641,591	-	1,109,079	1,331,448	437,196	2,877,223

Distribuição das Exposições por Sector (2014)

2014	Caixa e disponibilidades em Banco Central	Disponibilidades sobre instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Total
Governmental	1,353,481	-	-	420,259	497,362	-	2,211,101
Seguros	-	-	-	23,263	-	-	23,263
Financeiro	-	961,467	2,649,495	56,592	154,094	-	3,814,647
Petroleo e Gás Natural	-	-	-	276,755	287,152	-	563,907
Realção	-	-	-	-	-	3,100,674	3,100,674
Construção civil	-	-	-	-	-	1,001,078	1,001,078
Energia	-	-	-	-	-	658,548	658,548
Turismo	-	-	-	-	-	407,430	407,430
Indústria Transformadora	-	-	-	-	-	2,218,315	2,218,315
Particulares	-	-	-	-	-	2,357,684	2,357,684
Serviços	-	-	-	-	-	2,053,134	2,053,134
Transportes e comunicações	-	-	-	-	-	1,440,153	1,440,153
Agricultura e pesca	-	-	-	-	-	101,723	101,723
Outros	352,790	-	-	-			

consideradas suficientes para minimizar as possíveis perdas que possam surgir em resultado do incumprimento de uma contraparte.

Com efeito, o Banco reconhece como principais tipos de garantias as seguintes:

- O aval pessoal;
- As hipotecas de imóveis habitacionais;
- As hipotecas de imóveis comerciais e outros;
- As hipotecas/penhores de equipamentos;
- Os penhores de depósitos ou outros activos financeiros;
- As garantias bancárias on first demand;
- Outros.

Tradicionalmente, os créditos à habitação tem como colateral o próprio imóvel objeto de financiamento, sendo que para esta tipologia de crédito, o risco encontra-se geralmente coberto em níveis iguais ou superiores a 100%. Em 2014 e 2013 o Banco não tinha uma carteira de Derivados de Crédito.

Políticas e Procedimentos de Gestão e Valorização de Garantias Reais

O Banco tem implementado, e estão em processo de melhoria, critérios de valorização das garantias das operações de crédito, sendo que o valor apurado é afetado no momento de assunção do risco de crédito, devendo manter-se ao longo da vida da operação, os níveis de cobertura definidos aquando da sua decisão.

A aceitação dos vários tipos de garantias está associada a avaliação da sua maior ou menor liquidez, da volatilidade do seu valor e da relação existente entre o risco da operação e o risco intrínseco da respetiva garantia.

As garantias hipotecárias são avaliadas por entidades especializadas na avaliação de imóveis, com as quais o Banco tem estabelecido acordos para prestação desta tipologia de serviços. O Banco considera um haircut de 80% do valor das hipotecas para mensuração do justo valor.

Os penhores de depósitos ou outro tipo de penhores financeiros são aceites quando se encontrem em custódia/depositados no Moza Banco.

Em termos prudenciais, as garantias usadas para redução do risco de crédito são:

- Caução de depósitos, quando denominadas na mesma moeda e com prazo de vencimento igual ao prazo da operação de crédito;
- Hipoteca de habitação do mutuário, quando a última data de avaliação do imóvel for inferior a 3 anos e a data de vencimento igual ao prazo da operação de crédito;
- Garantias Pessoais, nos termos previstos no Aviso n.º 11/GBM/2013.

Total de Exposição ao Risco de Crédito Abrangida por Colaterais, Garantias, Hipotecas e Outros

2014	Máxima Exposição ao Risco de Crédito	Depósitos	Cartas de Crédito/ Garantias Bancárias	Hipotecas	Outros	Garantias Líquidas	Exposição Líquida
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito	961.467	-	-	-	-	-	961.467
Aplicações em Instituições de Crédito	2.649.495	-	-	-	-	-	2.649.495
Activos Financeiros Detidos para Negociação	776.868	-	-	-	-	-	776.868
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	1.413.516	-	-	-	-	-	1.413.516
Emprestimos e Adiantamentos a Clientes	-	-	-	-	-	-	-
Grandes Empresas	6.529.367	405.660	2.944.271	4.210.653	168.483	7.729.067	-799.700
Pequenas e Médias Empresas	4673.843	252.744	-	3.943.432	856.078	5.052.254	-378.411
Particulares	1.572.529	270.711	-	990.664	32.233	1.296.907	672.620
Outros	462.247	-	-	246.597	2.044	240.001	139.946
Total	19.820.030	929.115	2.944.271	9.398.006	1.058.938	14.330.230	5.489.800

2013	Máxima Exposição ao Risco de Crédito	Depósitos	Cartas de Crédito/ Garantias Bancárias	Hipotecas	Outros	Garantias Líquidas	Exposição Líquida
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito	367.176	-	-	-	-	-	367.176
Aplicações em Instituições de Crédito	2.293.122	-	-	-	-	-	2.293.122
Activos Financeiros Detidos para Negociação	280.492	-	-	-	-	-	280.492
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	1.417.397	-	-	-	-	-	1.417.397
Emprestimos e Adiantamentos a Clientes	-	-	-	-	-	-	-
Grandes Empresas	3.390.405	86.660	1.033.352	2.601.492	388.658	4.180.122	-789.717
Pequenas e Médias Empresas	3.372.107	178.040	-	3.017.390	423.674	3.619.104	-246.597
Particulares	1.370.407	264.178	-	989.087	21.721	1.274.987	95.421
Outros	345.731	-	-	186.757	482	187.239	158.492
Total	12.836.837	508.879	1.033.352	6.884.685	894.536	9.261.452	3.575.386

Conforme indicado, o Banco considera como haircut 80% do valor das hipotecas para mensuração do justo valor.

Desdobramento por classe de risco só será possível no relatório de 2016, de forma a permitir uma análise comparativa (2014 e 2015).

RISCO DE MERCADO

De acordo com as disposições regulamentares (Aviso n.º 13/GBM/2013), as Instituições de Crédito devem determinar requisitos de fundos próprios para risco de mercado.

Por **Risco de Mercado** entende-se o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros possam variar devido a alterações nas variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio e cotações. Assim sendo, o risco de mercado engloba o Risco de Taxa de Juro da Carteira Bancária, Risco Cambial e Risco de Commodities.

Estratégia de Gestão do Risco

Com vista a garantir que os níveis de riscos incorridos nas diversas carteiras estão de acordo com os níveis de tolerância ao risco do Banco, foram definidos vários limites para os riscos de mercado, que se aplicam a todas as carteiras que, de acordo com o modelo de gestão, podem incorrer nesse respectivo tipo de risco.

Políticas de Cobertura e de Redução de Risco

No que se refere às políticas de cobertura e de redução do risco, relativamente a gestão integrada de activos e passivos, os riscos de mercado no balanço são acompanhados regularmente, os quais são objeto de propostas específicas de cobertura, em função da conjuntura e da perceção da evolução dos mercados.

1. RISCO DE TAXA DE JURO DA CARTEIRA BANCÁRIA

O **Risco de Taxa de Juro** decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afetar os futuros fluxos de caixa ou o justo valor dos instrumentos financeiros. O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações mas também podem reduzir ou originar perdas no caso de ocorrência de movimentos não previstos.

O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada numa base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de outras instituições de crédito.

A gestão da política e estratégia relacionada com a taxa de juro é definida no comité ALCO, implementado pelo Departamento de Tesouraria e controlado pela Direcção de Risco.

	Menos de 3 meses		3 a 12 meses		>12 meses		Não vencem juros		Total	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Activos Financeiros										
Caixa e disponibilidades em Banco Central	1.077.935	1.706.271	-	-	-	-	367.176	961.467	1.077.935	1.706.271
Disponibilidade sobre instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	367.176	961.467
Aplicação em instituições de Crédito	2.225.140	2.649.495	67.982	-	-	-	-	-	2.293.122	2.649.495
Activos financeiros detidos para negociação	48.030	2309.123	168.593	398.819	40.607	45.663	23.263	23.263	280.492	776.868
Activos financeiros disponíveis para venda	2.682	-	-	190.083	1.414.714	1.220.751	-	2.682	1.417.397	1.413.516
Emprestimos e adiantamentos a clientes	2.246.368	2.584.144	1538.375	3.002.033	2.977.165	8.432.508	1.716.722	-	8.478.650	14.018.685
Total dos activos não descontados	5.600.175	7.249.033	1.774.950	3.590.935	4.432.486	8.432.508	2.107.161	987.412	13.914.772	21.526.302
Passivos Financeiros										
Recursos de instituições de Crédito	568.891	929.787	150.317	1.245.828	-	-	-	-	720.208	2.175.616
Depósitos e contas correntes	6.746.388	11.882.405	4.614.595	4.714.254	24.595	317.793	216.344	-	11.601.922	16.914.452
Recursos consignados	-	-	-	-	-	205.179	-	-	-	205.179
Emprestimos Obrigacionistas	-	-	-	-	195.387	1.272.975	753.828	-	949.215	1.272.975
Total dos Passivos não descontados	7.316.279	12.812.192	4.764.912	5.960.083	219.982	1.795.946	970.172	-	13.271.346	20.568.221
Sensibilidade da Taxa de Juro na Posição Financeira	(1.716.104)	(5.563.159)	(2.989.962)	(2.369.147)	4.212.504	7.902.575	1.136.988	987.412	643.426	958.080

A sensibilidade na Demonstração dos Resultados e o impacto na alteração das taxas de juro, essencialmente a FPC, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável a 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 é a seguinte:

Ano	Aumento e Diminuição da Taxa de Juro (pontos base)	Impacto nos Resultados Antes de Impostos
2014	+50pb -50pb	(1,195) 1,195
2013	+50pb -50pb	(635) 635

2. RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

O **Risco Cambial** é o risco associado a possibilidade do valor de um instrumento financeiro variar devido às alterações das taxas de câmbio.

A Administração fixa um nível limite de exposição por moeda. De acordo com a política do Banco, as posições cambiais são monitorizadas diariamente para garantir que as mesmas são mantidas dentro dos limites estabelecidos internamente bem como os limites definidos pelo Banco de Moçambique.

A gestão da política e estratégia relacionada com o risco de taxa de câmbio é definida no comité ALCO, implementada pelo Departamento de Tesouraria e controlada pela Direcção de Risco.

A tabela seguinte sumariza a exposição ao risco cambial, a 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013.

	MZN		USD		EUR		Outros		Total	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Activos Financeiros										
Caixa e disponibilidades em Banco Central	1.051.738	1.501.709	11.752	154.449	6.664	12.439	7.782	27.412	214	1.077.935
Disponibilidade sobre instituições de crédito	246.785	268.039	85.100	608.670	2.444	17.133	32.947	50.089	16.936	367.176
Aplicações em instituições de crédito	655.501	1.648.661	914.275	5.401.442	280.525	-	-	-	460.686	2.293.122
Activos financeiros detidos para negociação	280.492	776.868	-	-	-	-	-	-	-	280.492
Activos financeiros disponíveis para venda	150.745	460.944	1.266.051	973.472	-	-	-	-	1.417.397	1.413.516
Emprestimos e adiantamentos a clientes	7.988.557	12.114.128	282.313	1.557.718	-	-	8	(8)	8.246.889	13.648.652
Outros activos	-	2.317.414	-	(2.087.472)	-	7.543	-	9.003	(78.566)	167.922
Total Activos Financeiros	10.372.817	15.067.661	2.540.091	17.35.029	289.632	37.115	123.500	86.518	398.951	399.267
Passivos Financeiros										
Recursos de instituições de crédito	71.764	1.899.708	2.013	217.508	-	-	541	-	720.208	2.175.616
Depósitos e contas correntes	9.986.533	14.975.940	1.107.090	1.416.992	66.099	36.294	102.889	79.245	357.304	4.062.922
Recursos consignados	-	-	-	-	-	205.179	-	-	-	205.179
Emprestimos obrigacionistas	949.215	1.272.975	-	-	-	-	-	-	949.215	1.272.975
Outros Passivos	-	449.299	-	11.189	-	893	-	7.274	127	468.716
Total Passivos Financeiros	10.727.512	18.307.632	3.112.103	3.045.499	66.099	36.294	103.433	86.518	1.027.754	7.022.508
Exposição Líquida	(1.262.584)	(264.661)	(1.430.987)	(1.430.987)	223.540	(12)	20.075	(8)	1.627	(6.943)

A tabela abaixo, demonstra a sensibilidade para eventuais alterações em USD, mantendo as restantes variáveis constantes. O impacto na Demonstração dos Resultados (antes de imposto) é o mesmo que no capital próprio.

Ano	Aumento e Diminuição da Taxa de Câmbio em USD	Impacto nos Resultados Antes de Impostos	Impacto em Capitais Próprios
2014	+5%	1,547,299	1,547,299
	-5%	(1,547,299)	(1,547,299)
2013	+5%	1,047,924	1,047,924
	-5%	(1,047,924)	(1,047,924)

Os efeitos individuais por moeda sobre os resultados, assim como sobre os capitais próprios, são determinados de forma independente, o que significa que não há nenhuma compensação económica entre eles.

GESTÃO DE RISCO DE LIQUIDEZ

O **Risco de Liquidez** é o risco associado a possibilidade do Banco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais e de pressão. A fim de mitigar este risco, a gestão tem procurado diversas fontes de financiamento, para além de depositar um valor mínimo e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária. Este processo inclui uma avaliação dos fluxos de caixa futuros esperados e da disponibilidade de garantias de alto grau que possam ser utilizados para assegurar um financiamento adicional, caso seja necessário.

O Banco mantém uma carteira de activos com bastante liquidez e diversificada que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa. O Banco também estabelece linhas de crédito com o grupo a que pertence, a fim de obter liquidez caso seja necessário. Além disso, o Banco detém reservas obrigatórias correspondentes a 8% do saldo médio dos depósitos de residentes, depósitos de não residentes e depósitos do Estado. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto para o mercado em geral assim como para com o Banco em particular. O mais importante é manter os limites dos rácios de liquidez entre os depósitos de clientes e passivos para com clientes. O rácio de liquidez consiste na ponderação dos valores em caixa, depósitos de curto prazo e investimentos altamente líquidos, com os depósitos de clientes e empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

A gestão e o controlo do risco de liquidez são efetuados através da realização de uma análise dos prazos de vencimento dos diferentes activos e passivos do balanço, para mostrar a diferença entre os volumes de fluxos de caixa de entrada

e saída, além dos respetivos gaps de liquidez, para cada um dos diferentes períodos. A política e gestão da estratégia relacionada com o risco de liquidez são definidas pelo ALCO e executado e controlado pela Tesouraria e pela divisão de Gestão de Risco.

Maturidades contratuais não descontadas dos passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 com base em fluxos de caixa contratuais não descontados.

2014	À Ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos Financeiros						
Caixa e disponibilidade em Banco Central	1.706.271	-	-	-	-	1.706.271
Disponibilidade sobre instituições de crédito	961.467	-	-	-	-	961.467
Aplicação em instituições de Crédito	-	2.225.140	424.355	-	-	2.649.495
Activos financeiros detidos para negociação	23.263	309.123	398.819	45.663	-	776.868
Activos financeiros disponíveis para venda	2.682	-	190.083	470.196	750.555	1.413.516
Emprestimos e adiantamentos a clientes	-	2.584.144	3.002.033	4.940.966	3.491.542	14.018.685
Total Activos não descontados	2.693.683	5.118.407	4.015.290	5.456.824	4.242.097	21.526.302
Passivos Financeiros						
Recursos de instituições de Crédito	929.787	1.245.828	-	-	-	2.175.616
Depósitos e contas correntes	6.268.429	5.613.976	4.714.254	645	317.147	16.914.452
Recursos consignados	-	-	-	205.179	-	205.179
Emprestimos Obrigacionistas	-	-	-	-	750.906	1.272.975
Total Passivos não descontados	7.198.216	6.859.805	4.714.254	727.893	1.068.054	20.568.221
GAP de Liquidez	(4,504,533)	(1,741,398)	(698,964)	4,728,931	3,174,044	958